



ALUNOS LUSÓFONOS E ESTRANGEIROS EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR MILITAR NO BRASIL

*Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-IM) Hercules Guimarães Honorato¹
Professora Rosane Pinto Rodrigues²
Professora Fabiana Gomes da Silva³*

INTRODUÇÃO

“O povo que chupa o caju, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspera?”
(José de Alencar⁴)

A partir da década de 1990, com a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil, com o objetivo de ajudar no desenvolvimento do continente africano, passou a desempenhar um papel central tanto nos acordos comerciais quanto no campo social (Gusmão, 2008). Desse modo, foram incluídos no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G⁵) do Ministério da Educação (MEC) também os jovens africanos, os quais, juntos com os latino-americanos, passaram a constituir o contingente de imigrantes temporários no ensino superior brasileiro. No resultado final da seleção para o

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

³ Especialização em Língua Portuguesa na Fundação Educacional Unificada Campo-Grandense (FEUC).

⁴ Sonhos D'Ouro. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sonhosdoro.html>>. Acesso em: 09 set. 2014.

⁵ O PEC-G oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

PEC-G, em 2014, foram aceitos 195 alunos africanos de língua oficial o Português.

As instituições de formação superior militar também recebem estrangeiros para graduar-se. Em 2014, iniciaram o ano letivo 69 discentes nas três Academias, sendo 31 da África, 26 da América do Sul, seis da América Central e seis da Ásia. Deste total, os lusófonos totalizavam 13 jovens, sete na Escola Naval (EN) e seis na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Esses jovens, estrangeiros e estudantes, buscam formação profissional militar em primeiro lugar, e esta formação contribui no processo de construção da identidade, tanto individual, quanto coletiva ou social.

A presente investigação foi iniciada em 2013, com um primeiro estudo sobre os alunos estrangeiros na EN e o trato da educação formal e não formal (HONORATO; COSTA, 2013), durante o Estágio de Nivelamento, este com cerca de nove meses de duração, que antecede o ingresso no Curso de Graduação. O objetivo deste artigo é continuar o estudo da imigração temporária de jovens estrangeiros, com o foco nos alunos lusófonos oriundos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Propusemo-nos também continuar refletindo acerca da construção de sua identidade em um ambiente militar distante do país de origem, ressaltando os principais obstáculos encontrados e as expectativas para o futuro quanto ao regresso a seus países de origem. Procurou-se também compreender como estes alunos estrangeiros experimentam a adaptação à cultura local e à vida acadêmica e militar, bem como à barreira linguística, mesmo que reconhecidos como falantes de português.

Esta pesquisa é bibliográfica exploratória e de cunho qualitativo, por se tratar de um campo de investigação que atravessa disciplinas e temas, com uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, com o escopo de compreender melhor o assunto que está sendo estudado (DENZIN; LINCOLN, 2010). Os instrumentos de coleta de dados foram um questionário com perguntas abertas e fechadas aos sujeitos do

estudo (sete jovens com média de idade de 23 anos dos seguintes Estados nacionais: Angola, Cabo Verde e Moçambique) e uma entrevista semiestruturada com a professora de Língua Portuguesa com o escopo de identificar também as relações sociais construídas e as possíveis barreiras de nossa língua, visto que os mesmos pertencem a um coletivo de discentes que, em sua grande maioria, falam o português brasileiro.

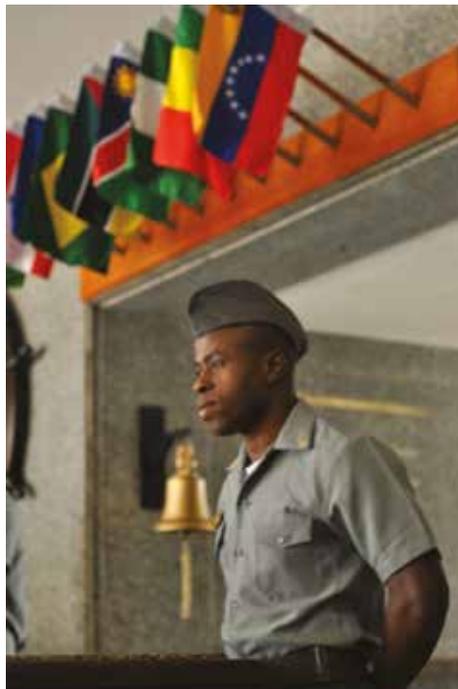
Este artigo é composto de três seções principais. A primeira apresenta os principais conceitos associados à identidade e a sua relação com a língua. A segunda trata mais amiúde o tema da língua portuguesa e suas perspectivas, apresentando também uma discussão sobre a língua brasileira. A última seção mostra a análise e os resultados da coleta de dados com os sujeitos da pesquisa.

IDENTIDADE E LÍNGUA

A identidade é entendida como um mecanismo que determina as relações entre os grupos e que explica a discriminação das pessoas de outros grupos. Ela se constrói através de um processo de comparação social (ÁLVARO; GARRIDO, 2007). A identidade social, desta forma, não se caracteriza apenas pelos processos envolvidos no pertencimento a determinados grupos sociais, mas pela comparação que a pessoa estabelece entre os

grupos aos quais pertence e os que consideram alheios a si (VALA, 1997). De acordo com Tajfel (1982), a pessoa tende a permanecer em um grupo que contribua com sua identidade de forma positiva.

A identidade é um ser percebido, e percebido como distinto, que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros. Esse reconhecimento passa pelo problema da língua, reconhecida como um processo de construção histórica, uma das dimensões da pertença identitária. “Deste modo, a linguagem não é conceptual, não são só as ideias, a representação. É também a afectividade, a emoção, o desejo, a intencionalidade, a vontade” (MARTINS, 2002 apud MARTINS; BRITO, 2004, p.3).





O conceito de língua, segundo Elia (1998, p.15), um código verbal e, se possível escrito, “é o falar de uma comunidade, estruturalmente diferenciado, portador de apreciável tradição cultural e reconhecido oficialmente por um Estado como forma de comunicação em suas relações internas e externas”. Bacegga (1995) argumenta que a língua não é apenas um instrumento com a finalidade de transmitir informações. É um todo dinâmico que abarca o movimento da sociedade: por isso é lugar de conflitos. Esses conflitos se concretizam nos discursos. “A unidade da identidade é, portanto, utópica, já que se fundamenta e se constrói na diferença e na divisão à procura da totalidade” (MARTINS; BRITO, 2004, p.4).

A LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS PERSPECTIVAS

A língua portuguesa está ameaçada – além da globalização, a perda de sua influência decorre de fatores econômicos. “Os poucos recursos de Portugal, o desinteresse brasileiro e a pressão do dólar e da libra fazem os demais países de expressão portuguesa pensarem duas vezes se vale a pena continuar falando a língua de Camões” (GONÇALVES, 1999 apud VITÓRIO, 2000, p.406). O português na África “está em transformação evidente, ampliando-se o léxico por força da matriz bantu, os traços prosódicos alteram-se, há mesmo mudanças sintáticas” (VILELA, 1999, p.177).

A língua portuguesa tem sua existência como uma das línguas nacionais e como língua oficial em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, além do Brasil e de Portugal. Sob a forma de *crioulo*, em Guiné-Bissau e em Cabo Verde. É

importante mencionar que os países africanos estão cercados por estados nacionais que não falam o português. Em Moçambique, por exemplo, “nomeadamente no Maputo, o inglês vai se transformando em língua franca” (VILELA, 1999, p.177).

A recente conquista nos meios diplomáticos de adotar a Língua Portuguesa como idioma de trabalho da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reafirma e ratifica a posição da *sétima língua* mais usada em todo o mundo e que, “nos próximos cinco a dez anos, mais de 300 milhões de pessoas no mundo serão falantes de português”, palavras da Presidente do Instituto Camões, Ana Paula Laborinho, quando da preparação para a realização da 2ª Conferência sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, que ocorreu na Universidade de Lisboa, entre os dias 29 e 30 de outubro de 2013⁶.

Língua brasileira ou língua portuguesa: uma questão para pensar

A língua não é uma, a língua não é uma, as línguas mudam, as línguas entram em contato, desaparecem, criam-se novas, estão sempre em movimento (ORLANDI, 2009, p.211). “Quando duas comunidades linguísticas entram em contato durante um período considerável de tempo, entre os vários aspectos, as suas línguas acabam por se influenciar mutuamente” (SAPIR, 1921 apud NGUNGA, 2009, p.8), como

⁶ Disponível em: <<http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/nos-proximos-dez-anos-seremos-300-milhoes-a-falar-portugues-1610625>>. Acesso em: 26 ago. 2014.



ocorreu com a vinda dos portugueses, dos africanos e dos imigrantes para o Brasil.

Segundo Vitória (2000, p.394), a língua trabalha e é trabalhada pela história, ao mesmo tempo em que é fonte de competência social, linguística e ideológica. Essa autora ainda afirma que, independente de falarmos a mesma língua oficial, existem “barreiras da língua comum”. O que pode ser ratificado com um simples exemplo retirado do texto de Millôr Fernandes⁷ em que ele escreve em português de Portugal e depois faz a “tradução” para o português do Brasil, visto ser um pouco complicado de entender, a não ser utilizando-se dois dicionários.

“Estava a conduzir meu automóvel numa azinhaga com um borracho muito gira ao lado, quando dei com uma bossa na estrada de circunvalação que um bera teve a lata de deixar. Escapei de me espalhar à justa [...]”.

“Eu dirigia meu carro por um caminho de pedras tendo ao lado uma gata espetacular, quando vi um lombo na estrada de contorno que um escroto teve o descaramento de fazer. Por pouco não bati nele [...]”.

Alves Filho (2009, p.3) acrescenta que a língua que é falada e escrita no Brasil atual distanciou-se de tal

modo do português, “em consequência das mudanças que sofreu através dos tempos, que hoje já é possível falar em língua brasileira, que tem forma e características próprias”, que, em suma, são produzidos discursos diferentes com sentidos igualmente diferentes.

O português e o brasileiro se recobrem como se fossem a mesma língua, no entanto, não são. “Produzem discursos diferentes, significam diferentes, e se historicizaram de modos diferentes. A nossa língua significa em uma filiação da memória diferente: são duas histórias na relação com a língua portuguesa, a de Portugal e a do Brasil” (ORLANDI, 2009, p.80). Ampliando o horizonte linguístico para os países da CPLP, Bastos e Brito (2013) argumentam que existe uma heterogeneidade de cada realidade, implicando que essa comunidade lusófona é desigual e muito pouco coesa.

Alunos lusófonos no Brasil: A barreira da língua

A língua portuguesa, tal como falada e escrita no Brasil, é considerada um problema na inserção de muitos estudantes, assim que se deparam com o contexto universitário, pois é um dos principais indicadores da sua posição de estrangeiros no Brasil. São recorrentes, entre os estudantes, as dificuldades com o manejo da língua durante, pelo menos, os dois primeiros semestres de estudo, de modo que alguns se sentem,

⁷ Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/millor/aberto/daily-millor/004/044.htm>>. Acesso em: 09 set. 2014.

inclusive, envergonhados de se manifestar, por temerem repreensões de seus colegas e professores. Muitos estudantes relatam “a falta de tolerância de muitos docentes com suas *deficiências* linguísticas, o que agrava ainda mais o quadro de insegurança e incertezas que marcam os primeiros meses de sua inserção no Brasil” (SILVA; MORAIS, 2012, p.168, grifo do autor).

Esses autores ainda relatam que a utilização dessa língua portuguesa estava restrita a situações de estabelecimento de relações burocráticas com a administração pública em espaços como escolas, embaixadas, órgãos do governo. Para estudantes oriundos de Cabo Verde e de Guiné-Bissau, por exemplo, toda a comunicação em seu cotidiano familiar e de amizades era feita em *crioulo*. Por outro lado, os estudantes angolanos, moçambicanos e são-tomenses afirmam que, mesmo em contextos familiares, a língua portuguesa é a mais utilizada.

As línguas faladas entre os estudantes oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) nas universidades são instrumentos de identificação e diferenciação por três razões, segundo Silva e Moraes (2012). Primeiro na relação entre eles próprios; segundo na relação entre eles e os estudantes brasileiros; e, por fim, na interação entre eles e os colegas não brasileiros de outras nacionalidades. O que deixa claro que é importante que a comunicação seja positiva como caminho para a conquista da identidade social. Situação em que Costa (2008 apud SILVA; MO-

RAIS, 2012, p.168) argumenta que a língua portuguesa “constitui assim um elemento complexificador da estruturação identitária destes estudantes já que, para muitos deles, o português não é a língua materna e foi noutra língua que começaram a existir e que adquiriram a sua primeira identidade”.

Uma das justificativas para o isolamento ou dificuldade de socialização entre estudantes brasileiros e africanos é o fato de oriundos de Guiné-Bissau e Cabo Verde continuarem conversando em *crioulo* na maioria das situações, conforme pesquisa realizada por Silva e Moraes (2012).

Em situação oposta, os estudantes oriundos de países como Moçambique e Angola, nos quais “a utilização da língua portuguesa em contextos urbanos é mais sedimentada, tendem a interagir mais proximamente com estudantes brasileiros justamente em função das habilidades linguísticas das quais dispõem” (SILVA; MORAIS, 2012, p.169). Vilela (1999, p.178) também concorda com esses autores e ainda afirma que o português falado em Angola pouco se afasta do português europeu e que se tornou, à medida que era sedimentado através dos anos, “a língua materna de muitos angolanos, sobretudo dos da população urbana”.

A PESQUISA: COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A seguir são apresentados e caracterizados tanto o cenário quanto os sujeitos do estudo e a análise dos dados coletados.



A caracterização da amostra: Os sujeitos do estudo

O cenário deste estudo é a Escola Naval, instituição de ensino superior militar que forma os Oficiais de Marinha dos Corpos da Armada, de Fuzileiros Navais e de Intendentes para os primeiros postos da carreira naval. O curso de graduação é de cinco anos e, ao final, os formandos recebem o diploma de Bacharel

em Ciências Navais, com habilitação em Engenharia Mecânica, Engenharia Eletrônica, Sistemas de Armas e Administração.

Atualmente, a instituição conta com um quantitativo aproximado de 850 Aspirantes. Deste total, 30 jovens são estrangeiros, naturais dos seguintes Estados nacionais: Angola, Bolívia, Cabo Verde, Líbano, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal e Venezuela. Este trabalho está pautado a partir dos dados obtidos sobre os jovens estrangeiros lusófonos, em um total de sete, sendo quatro de Angola, um de Moçambique e dois de Cabo Verde, com idade média de 23 anos.

Resultados e análise dos instrumentos de coleta de dados

Foi realizada uma entrevista com a professora que está ministrando aulas de língua portuguesa para os estrangeiros da instituição, os quais ainda estão no período do nivelamento.

Assim como no Brasil, a língua oficial de Angola e de Cabo Verde é o português. Logo, ela ministra aulas para quatro lusófonos. A professora entrevistada relatou que a língua portuguesa que os angolanos e os cabo-verdianos falam não é totalmente igual à língua que nós, brasileiros, falamos, e que há uma barreira na comunicação.

Uma diferença na língua verificada é que os alunos lusófonos usam bastante os verbos no infinitivo e nós,

brasileiros, geralmente, usamos o gerúndio. Como exemplo, podemos citar a seguinte frase: “Estamos cantando agora”. Esta oração normalmente falada por brasileiros é formada pelo verbo “estar” no presente, acompanhado do gerúndio do verbo “cantar”. Esta construção expressa uma ação contínua no momento presente da fala. Por outro lado, os estrangeiros lusófonos não fariam esta frase desta forma, conforme observou a professora de língua portuguesa. Eles fariam “Estamos a cantar agora”.

O significado da frase é o mesmo para os brasileiros, para os angolanos e para os cabo-verdianos, mas a estrutura usada pelos angolanos e pelos cabo-verdianos é diferente, pois se pode perceber nesta última estrutura a presença do verbo “estar” no presente, a preposição “a” e o verbo “cantar” no infinitivo. Embora os gramáticos normativos, como Evanildo Bechara e Celso Cunha, reconhecidos no Brasil como referência na Academia Brasileira de Letras, digam em suas gramáticas que as duas estruturas estão corretas, a primeira é usada por brasileiros, e a segunda, por angolanos e cabo-verdianos.

Outra diferença apontada pela professora é a pronúncia da palavra “porque”. Ela afirmou que os angolanos e os cabo-verdianos quando utilizam a conjunção “porque” com a ideia de explicação ou causa, não a pronunciam como nós, brasileiros. Eles dizem “purqui” (sic). Ela enfatizou que os brasileiros não fazem distinção, foneticamente falando, desta palavra, independentemente da classe gramatical, função sintática ou significado que ela exerça. Já os angolanos e os cabo-verdianos o fazem no caso citado acima.

A professora informou que não tem muita dificuldade para entender o que os angolanos falam, mas, no caso dos cabo-verdianos, tem mais dificuldade para entender a pronúncia de um deles. Os dois alunos cabo-verdianos contaram que, no dia a dia, falam o *crioulo*, que é uma mistura entre



a língua portuguesa e a língua nativa. Um deles morava na Ilha de Santiago, na cidade do Tarrafal, e o outro, na capital, que é a Cidade da Praia. A professora tem mais dificuldade para entender a fala do primeiro. Os angolanos informaram que moravam em Luanda, capital do país.

O cabo-verdiano da Cidade da Praia disse que sua motivação em estudar no Brasil foi o fato de a língua oficial do Brasil ser a mesma língua oficial de seu país. Até agora ele não acredita que exista barreira da língua portuguesa na comunicação entre ele e os outros lusófonos ou não lusófonos que aqui estão. Já um dos angolanos argumenta que existem barreiras na língua, como, por exemplo, na pronúncia de algumas palavras, na composição do vocabulário e nas regras gramaticais.

Alguns poderiam supor que os angolanos e os cabo-verdianos não precisariam desse período de nivelamento, já que a língua oficial em seus respectivos países é a língua portuguesa, assim como no Brasil; entretanto, conforme já foi dito pela professora, existem diferenças de uso e de pronúncia da língua portuguesa falada por brasileiros e por estrangeiros lusófonos. Ela relatou que, certo dia em sua aula, distribuiu textos em português para os estrangeiros lusófonos e pediu que cada angolano e que cada cabo-verdiano sentasse ao lado de um senegalês, de um libanês ou de um namibiano para explicar o respectivo texto, mas percebeu, ao final da atividade, que os textos não foram totalmente compreendidos nem pelos lusófonos, nem pelos senegaleses, nem pelos libaneses e nem pelos namibianos. Neste caso, os estrangeiros lusófonos também encontraram uma barreira na compreensão da língua portuguesa e não conseguiram fazer com que os não lusófonos entendessem perfeitamente o texto. Em outra aula, ela forneceu várias palavras em língua portuguesa para que os estrangeiros formassem frases e percebeu que todos tiveram dificuldades.

Através desses exemplos, pode-se perceber que esses quatro lusófonos nem sempre têm facilidade em todas as atividades das aulas do nivelamento e nem sempre interagem com os outros estrangeiros não lusófonos auxiliando-os na aprendizagem da língua portuguesa.

Então, com esta entrevista, conclui-se que, apesar de a língua portuguesa ser a língua oficial no Brasil, em Angola e em Cabo Verde, a língua continua sendo uma barreira na comunicação entre lusófonos e não lusófonos.

Análise dos questionários dos alunos lusófonos

O instrumento de coleta de dados foi aplicado aos sete sujeitos da pesquisa, jovens que cursam o primeiro ano e o estágio de qualificação da EN. Todos foram oriundos de escolas públicas quando cursaram o ensino médio em seus países. Destes sete, cinco moravam na capital do país de origem. O questionário era composto por 17 questões, sendo quatro questões fechadas com opções de resposta em quatro níveis e treze questões abertas, das quais dez foram analisadas. A identidade dos participantes foi preservada e as respostas, quando mencionadas, serão discriminadas pelo código alfanumérico de A1 a A7.

Nas questões fechadas, foi utilizada uma escala com quatro níveis de resposta: “sempre”, “na maioria das vezes”, “poucas vezes” e “nunca”. As questões foram relacionadas ao entendimento das aulas, perda de conteúdo por falta de entendimento, prejuízo na comunicação com os demais Aspirantes por causa da língua e dificuldade em se fazer entender no dia a dia. Constatou-se que os participantes, em sua maioria, têm pouca dificuldade em entender as aulas tanto do curso de graduação quanto do estágio e nunca perdem o conteúdo das disciplinas. Alegam também que nunca veem a comunicação prejudicada e sem dificuldades em entender. Apenas um respondente afirma que há perda de conteúdo das aulas e percebe que a comunicação se torna falha. O aluno em questão já está há cerca de dois anos no Brasil e ainda sente dificuldades no trato do ensino e na relação com os outros discentes.

As questões abertas tiveram o propósito de, entre outros aspectos, identificar a motivação para estudar em uma Instituição de Ensino Superior Militar no Brasil, a adaptação à vida acadêmica e social na cidade do Rio de Janeiro e identificar possíveis barreiras linguísticas.

Em relação à motivação para estudar no Brasil, quatro alunos afirmaram que queriam ser Oficiais da Marinha do seu país. Dois escolheram a EN por saberem da excelência do seu ensino e do reconhecimento internacional que a instituição possui. Apenas um dos respondentes alegou que não teve motivação inicial, apenas veio realizar sua graduação.

Quanto à adaptação à vida acadêmica na instituição, dos sete respondentes, dois responderam que a adaptação não foi muito tranquila, principalmente relacionada à vida militar castrense e a dificuldades pessoais. O respondente A3 asseverou que existe um grau maior de exigência requerido pela formação militar,

além da “necessidade de enquadramento à realidade acadêmica de um país cujo conteúdo cobrado em suas instituições de ensino é de simétricas e assimétricas em relação ao meu país”.

Na questão sobre a barreira da língua portuguesa de alunos que têm como língua oficial o português, a totalidade dos alunos afirma não ter problemas com a língua em que as aulas são ministradas, apesar de em “alguns momentos expressões propriamente regionais fugirem da minha atmosfera de conhecimento linguístico que certamente são de fácil recuperação o seu entendimento, quando peço esclarecimento” (Respondente A3). O que é corroborado pelo Respondente A4, ao comentar que “normalmente tem existido uma ligeira diferença na pronúncia de algumas palavras, na composição do vocabulário e regras gramaticais, funcionando como barreiras”.

Perguntou-se aos alunos lusófonos sobre as expectativas de futuro ao retornarem à sua terra natal. Todos, sem exceção, afirmaram que procurarão contribuir para o desempenho e crescimento da Marinha e para o futuro e o desenvolvimento do seu país: “espero dar o melhor de mim a minha terra amada” (Respondente A3).

Duas questões procuraram identificar dificuldades encontradas na vida acadêmica na EN e na social na cidade do Rio de Janeiro. A dificuldade verificada é o ensino que “é muito forte e muito cobrado” (Respondente A2). Em relação à cidade, alguns alunos responderam que parece inclusive com a capital de seu país, principalmente a gastronomia e, é claro, a língua. Um tema recorrente entre os imigrantes temporários é expresso na fala de um dos Aspirantes diz respeito à distância da família: “deixar os familiares e amigos deixa um vazio grande e afetou-me durante muito tempo, alguém disse um dia que o nosso coração estará onde o nosso tesouro estiver guardado” (Respondente A3).

Outras duas questões trataram da língua falada e a comunicação no país de origem do aluno: uma pergunta era sobre o domínio de outra língua natural do país que não fosse o português, e a outra era sobre a língua usada na comunicação com familiares e amigos. O respondente A3 alega ser um caso “particular de um não falante, como é sabido existem diversas línguas

no meu país, e as mesmas estão divididas ao longo de todo território, fui nascido e criado na capital onde existe diversidade de povos e têm no português a língua de comércio ou comunicação”. No primeiro caso, dois alunos responderam que falam o crioulo, e um, o kibundo, porém, afirmam que falam a “língua natural” no dia a dia com seus familiares e colegas.

A última questão procurou deixar um espaço livre para que os alunos estrangeiros escrevessem sobre a sua vida no Brasil e na Escola Naval. A principal fala dos discentes foi que é “difícil passar muito tempo longe da família, mas é um esforço que vale a pena, afinal o prêmio maior é a satisfação de missão cumprida, ou seja, de se formar com excelência” (Respondente A3). Outro ponto bastante enfatizado é a esperança que depositam na graduação superior militar, “ter muito sucesso na minha caminhada com novos conhecimentos e novas experiências ganhos e também espero ter apoio e força dos outros para melhorar cada vez a minha motivação [...] na luta pelo meu objetivo” (Respondente A6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros dados apontam que a maior dificuldade encontrada pelos alunos é a distância de seus familiares, e que, a princípio, a adaptação à cultura e à vida brasileira está ocorrendo com tranquilidade. No entanto, estão preocupados com o curso que estão realizando e com a relevância de algumas disciplinas para a formação. Em relação à língua falada, sentem diferença em relação à pronúncia e às expressões regionais. Na escrita, esses alunos usam uma estrutura verbal distinta e uma acentuação diferente em relação à língua brasileira. Os jovens pensam em retornar a seus países de origem com uma formação superior de qualidade e, desse modo, servi-los ainda melhor.

Este estudo sobre o trato da barreira da língua portuguesa por alunos lusófonos durante a sua formação superior imbricada na construção desse sujeito imigrante temporário não permite generalização dos achados, ainda bem preliminares, e também aponta a necessidade de um acompanhamento longitudinal no decorrer da formação acadêmica.

BIBLIOGRAFIA

- ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.
- BACEGGA, M. A. *Palavra e discurso: história e literatura*. São Paulo: Ática, 1995.
- BASTOS, N. B.; BRITO, R. P. *Cultura e lusofonia: unidade e pluralidade*. *NHENGATU Revista Iberomerica para Comunicação e Cultura Contra-Hegemônicas*. v.1, n.1, p.1-14, 2013. Disponível em: <<http://nhengatu.org/revista/index.php?>>. Acesso em: 24 set. 2014.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. reimp. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- ELIA, S. *A Língua Portuguesa no mundo*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1998. (Série Princípios).
- GUSMÃO, Neusa Maria M. de. *África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados*. *Focus*, n.10, UNICAMP, Campinas, SP, 2008.
- HONORATO, H. G.; COSTA, T. de A. *Alunos estrangeiros em IES militar: espaços escolares formais e não formais no aprendizado de língua portuguesa*. *Revista de Villegagnon*, a. III, n.8, p.62-71, 2013.
- ORLANDI, E. P. *Língua Brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas, SP: Editora RG, 2009.
- MARTINS, M. de L.; BRITO, R. P. *Considerações em torno da relação entre língua e pertença indentitária no contexto lusófono*. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, n.2, Federação de Ciência da Comunicação, São Paulo, p. 69-77, 2004.
- NGUNGA, A. *Interferências de línguas Moçambicanas em Português falado em Portugal*. *Rev. Cient. UEM*, v.1, n.0, p.7-20, 2012.
- SILVA, K.; MORAIS, S. S. *Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos Palop em duas universidades brasileiras*. *Pro-Posições*, campinas, SP, v.23, n.1, 67, p.163-182, jan./abr. 2012.
- TAJFEL, H. *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. (v. I).
- VALA, J. *Representações sociais e percepções intergrupais*. *Análise Social*, v. XXXII, n.140, p.7-29, 1997.
- VILELA, M. *A Língua Portuguesa em África: Tendências e factos*. *Africana Studia*, n.1, Ed. Da Fundação em. Antônio de Almeida. p.175-195, 1999.
- VITÓRIO, B. da S. *Língua e Identidade: Estudo de comunicação comparada sobre a comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP)*. *Comunicação e Sociedade*, 2, v.14, n.1-2, p. 393-429, 2000. (Cadernos do Noroeste, Série Comunicação).